



Psicologia Ciência e Profissão

ISSN: 1414-9893

revista@pol.org.br

Conselho Federal de Psicologia

Brasil

Paulino, Janaina Aparecida; Ferrarez Fernandes Lopes, Renata
Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo
de adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 30, núm. 4, diciembre, 2010, pp. 752-765
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021785007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Relação entre Percepção e Comportamento de Risco e Níveis de Habilidades Cognitivas em um Grupo de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social

The Relationship Between Cognitive Abilities Level, Risk Perception and Intention to Show Risk Behavior in a Teenager Group in Social Vulnerable Situation

Relación Entre Percepción y Comportamiento de Riesgo y Niveles de Habilidades Cognitivas en un Grupo de Adolescentes en Situación de Vulnerabilidad Social

Janaina Aparecida Paulino &
Renata Ferrarez
Fernandes Lopes

Universidade Federal de
Uberlândia

Artigo



Resumo: O objetivo deste estudo foi avaliar as correlações entre inteligência verbal e não verbal, percepção e intenção de apresentar comportamentos de risco. Quarenta e oito adolescentes, sendo 22 homens e 26 mulheres, com média de idade de 16 anos, responderam três instrumentos: Escala de Percepção e Intenção de Apresentar Comportamento Arriscado, bateria de provas de raciocínio e Teste de Matrizes Progressivas de Raven. Os resultados indicaram classificação média quanto à inteligência. Houve diferença significativa entre os gêneros para o raciocínio mecânico, com homens apresentando desempenho melhor que mulheres. Observaram-se correlações positivas entre percepção de risco legal ético e percepção de risco à saúde, raciocínio verbal e percepção de risco legal-ético e com percepção de risco à saúde, raciocínio mecânico e intenção de apresentar comportamento de risco legal-ético e com intenção de apresentar comportamento de risco financeiro. Constataram-se relações entre inteligência e percepção de risco, sendo que as habilidades intelectuais superiores parecem ajudar o indivíduo a perceber melhor as situações de risco, mas não garantem evitação de comportamentos que gerem punições e sanções derivadas do contato com o risco. Estudos como este ajudam a avaliar elementos ligados ao risco que devem ser abordados em programas sociais de cunho preventivo que visem adolescentes, como o projeto no qual esta amostra está inserida.

Palavras-chave: Percepção de risco. Comportamento de risco. Vulnerabilidade social. Inteligência.

Abstract: The aim of this study was to evaluate the correlation between verbal and non verbal intelligence, risk perception and intention to show risk behavior. Forty-eight teenagers, including 22 men and 26 women around 16 years old answered three instruments: Perception and Intention to Show Risk Behavior Scale, reasoning tests battery and Raven's Progressive Matrix Test. Results indicated average classification concerning intelligence. There was significant difference between genres to mechanic reasoning, and men showed better performance than women. There was positive correlation between ethic-legal and health risk perception and verbal reasoning as well as between legal-ethical to health risk perception and intention to show financial risk behavior. Correlation between intelligence and risk perception was observed; higher intellectual abilities seem to help the individual in better perceiving the risk situations, but they don't guarantee they can avoid behaviors which generate punishment and sanctions consequent to risk contact. Studies like this have social and theoretical relevance to preventive social programs directed to teenagers in risk.

Keywords: Risk perception. Risk behavior. Social vulnerability. Intelligence.

Resumen: El objetivo de este estudio fue evaluar las correlaciones entre inteligencia verbal y no verbal, percepción e intención de presentar comportamientos de riesgo. Cuarenta y ocho adolescentes, siendo 22 hombres y 26 mujeres, con media de edad de 16 años, respondieron a tres instrumentos: Escala de Percepción e Intención de Presentar Comportamiento Arriesgado, batería de pruebas de raciocinio y Test de Matrices Progresivas de Raven. Los resultados indicaron clasificación media en lo referente a la inteligencia. Hubo diferencia significativa entre los géneros para el raciocinio mecánico, con hombres presentando desempeño mejor que mujeres. Fueron observadas correlaciones positivas entre percepción de riesgo legal ético y percepción de riesgo a la salud, raciocinio verbal y percepción de riesgo legal-ético y con percepción de riesgo a la salud, raciocinio mecánico e intención de presentar comportamiento de riesgo legal-ético y con intención de presentar comportamiento de riesgo financiero. Se constataron relaciones entre inteligencia y percepción de riesgo, siendo que las habilidades intelectuales superiores parecen ayudar al individuo a percibir mejor las situaciones de riesgo, pero no garantizan evitación de comportamientos que generen puniciones y sanciones derivadas del contacto con el riesgo. Estudios como éste ayudan a evaluar elementos relacionados al riesgo que deben ser abordados en programas sociales de cuño preventivo que visen adolescentes, como el proyecto en el cual esta muestra está inserida.

Palabras clave: Percepción de riesgo. Comportamiento de riesgo. Vulnerabilidad social. Inteligencia.

O estudo da percepção e do comportamento de risco na adolescência é importante, uma vez que é nessa fase da vida que acontece a busca constante por novas experiências, o que coloca os adolescentes, em tese, mais suscetíveis ao engajamento em comportamentos de risco, que podem ser definidos, segundo Feijó e Oliveira (2001), como a participação em qualquer atividade capaz de comprometer a saúde

física e mental do adolescente. Nesse sentido, esse autor considera que a curiosidade e o comportamento exploratório do jovem nessa fase do desenvolvimento, aliado à influência do meio através do grupo, da família e da mídia, são fatores que tornam o sujeito vulnerável a comportamentos de risco com significativas consequências para o seu desenvolvimento individual, familiar e social.

Hutz e Koller (1997) definem comportamento de risco como o conjunto de ações ou atividades humanas que podem aumentar a probabilidade de consequências adversas para o desenvolvimento psicosocial bem como desencadear ou agravar danos e doenças para quem as realizou.

No estudo do constructo *risco*, alguns autores (Lima, 1995; Slovic, 1999; Thielen, Hartmann, & Soares, 2008; Wynne, 1992) representam uma vertente que se contrapõe ao uso da racionalidade na análise de risco, visto que compreendem que a realidade humana se encontra imersa em riscos permeados de valores morais e sociais oriundos de experiências pessoais e de razões que diferem de um indivíduo para o outro. Esses mesmos autores compreendem a percepção de risco como a forma pela qual as pessoas interpretam os riscos, ou seja, se baseiam em um conjunto de crenças e valores que dão significado a cada um dos acontecimentos ameaçadores no contexto social no qual estão inseridas. Sendo assim, é fundamental destacar que a percepção de risco não existe fora de um contexto nem tampouco pode ser mensurada fora dele.

Slovic salienta a importância de se diferenciar *risco real* de *risco percebido* para a compreensão de como as pessoas percebem e respondem aos riscos, considerando-os dimensões repletas de valores. Isso exige a avaliação de outros fatores além da avaliação técnica dos riscos.

Nos estudos de percepção de risco, algumas dimensões individuais não podem ser desconsideradas, e, dentre elas, Chauvin, Hermand e Mullet (2007) apontam: idade, sexo, nível educacional, renda, orientação religiosa, preferências políticas, cultura, atitude arriscada, experiências pessoais com risco, crenças sociais, ansiedade, autoeficácia, lócus de controle, crenças ambientais e fatores de personalidade.

Segundo Adams (1995), a existência humana está repleta de riscos cotidianos que não oferecem perigo significativo, e, sob tais condições, o ser humano mantém um relacionamento constante entre as recompensas esperadas e os custos percebidos por cada ação realizada. Contudo, ainda

segundo esse autor, consequências negativas para o bem-estar físico e emocional podem ser agravadas diante de determinados comportamentos prejudiciais de quem os executa.

Hutz e Koller (1997) definem comportamento de risco como o conjunto de ações ou atividades humanas que podem aumentar a probabilidade de consequências adversas para o desenvolvimento psicosocial bem como desencadear ou agravar danos e doenças para quem as realizou. Isso significa que, no estudo do comportamento de risco, esse constructo deve ser compreendido a partir de suas variáveis sociais e psicológicas, e não apenas através de critérios biomédicos.

Apesar de existirem inúmeras razões que fazem com que uma pessoa se engaje em comportamentos de risco, Auerbach, Abela e Ringo (2007) esclarecem que esse tipo de comportamento desadaptado tem como uma de suas principais funções reduzir emoções desagradáveis e indesejáveis. Sendo assim, essa função do comportamento de risco garantiria a manutenção de um círculo vicioso no qual as ações de risco promoveriam o alívio imediato dos sintomas indesejáveis, e esses comportamentos, por sua vez, gerariam resultados desadaptados, o que intensificaria os afetos negativos iniciais levando a pessoa a buscar, mais uma vez, alívio nos comportamentos de risco (Bardone, 1996; Cooper, Agocha, & Sheldon, 2000).

Albertani, Scivoletto e Zemel (2006) apresentaram dois outros conceitos importantes para a compreensão do contexto de risco: fatores de risco e fatores de proteção. Os autores definem fatores de risco como o conjunto de circunstâncias psicosociais e características pessoais que tornam um indivíduo mais vulnerável ao engajamento em comportamentos arriscados. Já os fatores de proteção constituem as circunstâncias, geralmente representantes de aspectos

de saúde integral, que contrabalançam as vulnerabilidades e, em consequência, contribuem para diminuir a probabilidade de tais indivíduos assumirem comportamentos de risco.

Santos (2006), em sua pesquisa sobre fatores de risco e de proteção para o envolvimento com drogas entre adolescentes de uma escola do Distrito Federal, enfatizou que cada dimensão da rede social contém grupos de fatores de risco capazes de ampliar bem como de minimizar a situação de risco, e destaca, dentre esses, quatro contextos fundamentais: as relações familiares, a convivência no grupo (amizades/namoros), a escola/trabalho e a comunidade. Desses fatores, a família representa um dos mais importantes elementos da formação da personalidade de um indivíduo e, por isso, exerce grande influência na constituição da percepção de risco e da intenção de apresentar comportamento arriscado de uma pessoa.

Contudo, Sudbrack (1998) destaca o fator família como alvo de um paradoxo, visto que essa instituição, tão antiga, mantém simultaneamente fatores de risco e de proteção de seus membros.

Kalina (1999) alerta para o estabelecimento de modelos e padrões negativos de relações transferidos pela família ao adolescente por meio de suas interações, reforçando que a família pode ocupar lugar de cogeradora de vícios e de maus hábitos em função das duplas mensagens que os exemplos de suas ações carregam para o adolescente.

Além disso, a tentativa de compreender as variáveis capazes de ampliar e de reduzir a influência dos fatores de risco entre os jovens deve sempre levar em conta a cultura, a classe socioeconômica e as questões de gênero que determinam as relações e o desenvolvimento de cada adolescente com sua família (Santos, 2006).

Aun (2005) considera ainda que, além de enumerar os fatores de risco que desencadeiam determinado comportamento, é preciso compreender que o comportamento, por si só, ocorre nas relações e, em consequência, tais relações são capazes de potencializar ou de impedir determinados comportamentos de risco.

Esta pesquisa teve como amostra adolescentes participantes de um projeto de ação social conhecido como *Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*. O projeto é mantido pelo Governo Lula, e foi criado, em 2000, pela Secretaria de Estado de Assistência Social como uma das ações de intensificação de prevenção ao fenômeno da violência do Programa Nacional de Direitos Humanos, e, segundo estatísticas divulgadas até 2006, era integrado por aproximadamente 50 mil jovens no Brasil (Brasil, 2001a, 2001b). Na cidade pesquisada, o projeto conta com a participação do governo federal, responsável pela sua concepção, monitoramento, assessoria e avaliação, com o governo municipal, a quem cabe a execução do projeto, e, por fim, com o apoio da iniciativa privada através de parcerias com comércios locais, universidades ou ONGs (organizações não governamentais).

O projeto visa a atender adolescentes carentes de 15 a 17 anos, pertencentes a famílias que atendam os critérios de vulnerabilidade social, estabelecidos pelo governo federal através da Norma Operacional Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que são: famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, que habitam bairros e Municípios que apresentam baixos IDHs (Índices de Desenvolvimento Humano), que vivam em moradias precárias e de baixa infraestrutura, que pertençam a famílias cujo responsável seja analfabeto ou de baixa escolaridade, desempregado ou mulheres sem cônjuge, e que possuam crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e fora da escola (Brasil, n.d.).

Conforme esclarecem Sposito e Carrano (2003), o programa estabelece uma proposta de intervenção com adolescentes que não possuem idade adequada para ingressar no mercado de trabalho, são moradores de localidades empobrecidas, desprovidas de alternativas, e para os quais existem poucas atividades, estando assim, sujeitos à ociosidade e à marginalidade. Diante desse contexto, a elaboração do projeto *Agente Jovem* visa a manter esses jovens em atividade, retirando-os da situação de risco iminente em que com frequência se encontram (Brasil, 2001a).

Segundo Flores-Mendoza (2006), no final dos anos 1960, observou-se o início do uso do conhecimento dos psicólogos cognitivos para tentar compreender as diferenças de inteligência reveladas pelos testes padronizados.

Dentre as exigências do programa, o jovem deve manter-se regularmente matriculado e frequentar a escola, deve participar de cursos de capacitação e orientação, implantar projetos de intervenção em suas comunidades e, por fim, participar, nos locais de aprendizado, de atividades laborais que os iniciem no mercado de trabalho através da profissionalização (Sposito & Carrano, 2003). Enquanto estão inseridos no projeto, cada agente jovem recebe uma bolsa mensal no valor de R\$65,00, e são acompanhados por *facilitadores e orientadores sociais*, profissionais do CRAS (Centro de Referência à Assistência Social) responsáveis pelas intervenções com os adolescentes e suas famílias bem como pelo acompanhamento das ações do jovem no dia a dia.

O projeto *Agente Jovem* considera que o “jovem é fonte e vítima de problemas sociais, e, ao mesmo tempo, é o protagonista do desenvolvimento de sua comunidade” (Sposito, Silva, & Souza, 2006, p. 252); sendo assim, o projeto deve garantir a reinserção social do adolescente, resgatando seus vínculos familiares e fornecendo-lhe opções de atividades educacionais e profissionais, e, com isso, retirando-os da situação de risco social.

Considerando que níveis de habilidade cognitiva influenciam a percepção e o comportamento de risco, a relação entre inteligência e risco em jovens em condição de vulnerabilidade suscitou nosso interesse nesta pesquisa.

A inteligência tem sido tema de várias pesquisas desde o início do século passado, e, em sua maioria, essa habilidade cognitiva é retratada como um aspecto que influencia diretamente o saber, a competência, a tomada de decisões, a resolução de problemas e a aprendizagem, dentre outras funções mentais (Roazi & Souza, 2002).

Segundo Flores-Mendoza (2006), no final dos anos 1960, observou-se o início do uso do conhecimento dos psicólogos cognitivos para tentar compreender as diferenças de inteligência reveladas pelos testes padronizados. A nova abordagem surgida a partir dessa iniciativa ficou conhecida como *abordagem de processamento de informações*, e considera o desenvolvimento cognitivo como uma consequência do desenvolvimento gradual dos processos mentais, entre eles a inteligência, a memória e a atenção. Essa abordagem permanece como um vasto campo de estudo e pesquisa, tanto quanto a abordagem psicométrica. De acordo com essa visão, a inteligência pode ser compreendida considerando-se os processos cognitivos que operam durante as atividades intelectuais, ou seja, a inteligência não seria explicada em termos de fatores, mas pela identificação dos processos mentais que determinam o comportamento inteligente. Esses processos inteligentes estão presentes na tomada de decisão que envolve risco.

Lubinsk (2004) descreve a inteligência geral, também conhecida como capacidade cognitiva geral, como a capacidade mental para realizar atividades determinadas por habilidades como raciocinar, resolver problemas, planejar, pensar abstratamente e

aprender com a experiência, o que significa, segundo esse autor, que a inteligência *g* pode ser entendida como um constructo relacionado com a aquisição de conhecimentos adquiridos pessoalmente. Dedução e indução (habilidades medidas por meio do fator *g*) são elementos presentes em contexto de decisão de risco.

Deary e Batty (2006) afirmam que pontuações de aptidões mentais (Testes de QI – Quociente de Inteligência) aplicados na infância e na adolescência são bons preditores de saúde, especialmente de morte precoce em muitos casos na vida adulta, isto é, quanto maior o QI (maiores habilidades cognitivas), mais saúde a amostra apresentava.

Batty et al. (2008) também analisaram a relação QI e mortalidade e concluíram que os riscos potenciais avaliados na meia-idade, como consumo de álcool, pressão arterial sistólica e diastólica, pulsação, glicemia, índice de massa corporal, doenças psiquiátricas e doenças somáticas avaliados por exame médico indicaram uma atenuação do comportamento de risco para os que eram dotados de QI mais alto.

Hart et al. (2003), da mesma forma que as pesquisas citadas anteriormente, investigaram o modo como habilidades mentais infantis (QI) estão relacionadas com a mortalidade e a morbidade advindas de comportamentos de risco, quando são também considerados os fatores socioeconômicos, e constataram que fatores como classe social e grau de privação representaram, para alguns, mas não para todos os participantes da amostra, maior risco de mortalidade e de morbidade. Vários trabalhos mostraram uma relação entre QI e delinquência e ainda apontaram o baixo QI como preditor da delinquência (Hirschi, 1969; Reiss & Rhodes, 1961; Wolfgang, Figlio, & Thorsten, 1972). Hirschi e Hindelang (1977) afirmam que existe uma relação entre QI e delinquência independente

de classe econômica ou raça. Dessa forma, os autores afirmaram que o baixo QI afeta a probabilidade de comportamento delinquente através do seu efeito sobre o desempenho escolar e o ajustamento às normas sociais.

Esses estudos, no conjunto, apontam o papel das habilidades cognitivas sobre os comportamentos de risco. De forma geral, os estudos demonstram que déficits da habilidade cognitiva parecem favorecer comportamentos de risco que levam ao aumento da taxa de mortalidade e de morbidade nas diversas amostras estudadas. Essa relação, bem como a relação existente entre inteligência e percepção de risco, é o foco de interesse desta pesquisa.

Este estudo teve por objetivo analisar a relação entre níveis de habilidades cognitivas (inteligência verbal e não verbal) e percepção de risco e intenção em apresentar comportamentos de risco em uma amostra socialmente vulnerável (adolescentes integrantes do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano).

A hipótese central deste trabalho foi a de que adolescentes com altos níveis de habilidades cognitivas/habilidades intelectuais apresentariam maior percepção do risco e se engajariam menos em comportamentos de risco.

Método

Participantes

Participaram 48 adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 15 e 17 anos, sendo 26 mulheres (54,16%) e 22 homens (45,83%), todos inscritos no projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

Instrumentos

1- Escala de Percepção e Intenção de Apresentar Comportamento de Risco: as

variáveis percepção de risco e intenção em engajar-se em comportamento de risco foram investigadas por meio da aplicação das Escalas de Percepção e de Comportamento de Risco desenvolvidas por Lopes, Lopes, Barbosa-Tinoco e Mundim-Masini, (em preparação). Trata-se de uma escala auto-administrável, que foi aplicada na presença do pesquisador, e que é composta por 28 itens referentes a assuntos ligados a fatores de risco. Esse instrumento foi desenvolvido a partir da pesquisa desenvolvida por Weber, Blais e Betz (2002). As escalas avaliam a percepção de risco e a intenção de apresentar comportamento de risco nos seguintes domínios: risco legal-ético, saúde/segurança, financeiro e social.

Na escala que avalia a percepção de risco, os sujeitos respondem em uma escala tipo *Likert* de cinco pontos, variando entre nível 1 (nenhum risco) e nível 5 (risco extremo) a intensidade de risco percebido em cada uma das 28 situações apresentadas. A análise factorial da Escala de Percepção de Risco apontou boa consistência interna para a Escala de Percepção, com $\alpha = 0,89$. Os domínios da Escala de Percepção de Risco avaliam: o risco legal ético (os riscos percebidos em ações desviantes da norma social associadas a infrações de regras, leis ou convenções morais passíveis de punição legal), o risco à saúde/segurança (os riscos percebidos em ações que possam causar prejuízos à saúde física e psicológica, ameaçar a segurança ou promover o agravamento de doenças), o risco financeiro (os riscos percebidos em situações que podem causar prejuízos financeiros ou danos materiais para a pessoa ou para a propriedade de quem os executa), o risco social (os riscos percebidos em ações que podem gerar consequências sociais negativas, como, por exemplo, o rompimento ou o prejuízo em relacionamentos importantes no ambiente familiar, no trabalho, com amigos, etc.).

A Escala de Intenção de Apresentar Comportamento Arriscado foi desenvolvida para que os participantes respondam, em uma escala tipo *Likert* de cinco pontos (nível 1: muito improvável a nível 5: muito provável), qual a probabilidade de o indivíduo se engajar em cada comportamento descrito. A análise factorial dessa escala apresentou boa consistência interna, com $\alpha = 0,80$. Os domínios da Escala de Intenção de Apresentar Comportamento Arriscado avaliam: o risco legal-ético (relaciona-se a comportamentos caracterizados por infringir leis, regras ou convenções morais e que possam gerar punições legais ou éticas para quem os realiza), o risco à saúde/segurança (diz respeito a comportamentos capazes de gerar prejuízos ou danos à segurança e à saúde psicológica e física de quem o executa), o risco financeiro (relaciona-se a toda ação que possa causar prejuízos financeiros ou danos materiais para a pessoa ou a propriedade de quem os executa), e, por fim, o risco social (ligado a comportamentos que originem consequências sociais negativas para quem os realiza, como o rompimento ou o prejuízo em relacionamentos importantes para o indivíduo, tais como família, cônjuge, amigos e chefia).

2- BPR-5 (bateria de provas de raciocínio). A bateria foi desenvolvida por Primi e Almeida (2000a, 2000b) e teve validação e padronização para a população brasileira. Os autores descrevem a BPR-5 como um instrumento utilizado para a avaliação da inteligência geral ou fator *g*, bem como oferece estimativas do funcionamento cognitivo geral e das forças e das fraquezas em cinco áreas específicas: raciocínio verbal, raciocínio abstrato, raciocínio mecânico, raciocínio numérico e raciocínio espacial. Todas essas habilidades são medidas por meio de cinco subtestes divididos em duas formas: Forma A, para alunos da sexta à oitava séries do ensino fundamental, e Forma B,

para alunos da primeira à terceira séries do ensino médio.

O teste possui coeficientes de consistência interna que variaram de 0,62 a 0,84, e os de precisão, pelo método das metades, de 0,65 a 0,87.

3- Teste das Matrizes Progressivas de Raven – Escala Avançada: trata-se de um teste auto-aplicável que permite a avaliação da inteligência não verbal e que tem como objetivo investigar a qualidade do raciocínio lógico dedutivo, por meio de exercícios que exploram a capacidade do sujeito para deduzir relações. O Teste Raven - Escala Avançada é uma evolução do Teste de Matrizes Progressivas Escala Geral, e a principal diferença é a avaliação do raciocínio dedutivo em sua forma mais elaborada e refinada. O teste pode ser aplicado a crianças e adultos, inclui 48 itens divididos em duas séries, sendo que a série I é composta por 12 exercícios que têm como objetivo central introduzir a pessoa ao método de trabalho e ainda compreender todos os processos intelectuais necessários para se obter sucesso na série II. A segunda série é constituída por 36 exercícios que se assemelham aos problemas de raciocínio apresentados na série anterior, contudo, a diferença está no nível de dificuldade e de complexidade, que aumentam gradativamente, o que exige a exploração de todas as operações de análise e integração envolvidas nos mais elevados processos de pensamento e diferencia os níveis de habilidade cognitiva entre as diferentes pessoas que respondem o teste (Raven, 2002).

Procedimentos

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, obteve-se a autorização da coordenação do Centro de Referência à Assistência Social (CRAS),

órgão em que é desenvolvido o projeto *Agente Jovem*. Em seguida, foram consultados, inicialmente, os orientadores sociais no intuito de agendar horários e datas para a coleta de dados das aplicações dos instrumentos. Uma vez que todos os adolescentes são menores de idade, participaram apenas aqueles cujos pais assinaram a autorização para a participação da pesquisa e para a publicação dos dados. Por fim, os próprios adolescentes inscritos no projeto *Agente Jovem* também foram consultados previamente quanto ao seu desejo de participar ou não da pesquisa. Os objetivos do trabalho e a finalidade de cada instrumento utilizado foram explicados a todos antes das autorizações.

Os instrumentos foram aplicados coletivamente. As instruções foram dadas de maneira simples e padronizada conforme os manuais dos testes no intuito de evitar vieses ou produções distintas. Todas as turmas responderam os testes na mesma sequência ao longo de três encontros de uma hora cada, obedecendo-se o tempo de aplicação de cada teste conforme instruções dos respectivos manuais.

A análise dos dados obedeceu às normas de correção da escala e de cada teste conforme os manuais de aplicação, e, a seguir, os dados foram compilados e analisados estatisticamente através do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para o estabelecimento das devidas correlações entre os instrumentos e as variáveis utilizadas na pesquisa.

Resultados e discussão

O desempenho dos participantes nos testes intelectuais revelou que a amostra possui níveis médios de inteligência para sua idade e escolaridade, tanto na BPR-5 (percentil médio da amostra = 48,04) quanto no Raven (média de acerto no teste de 70,65% e percentil 80). De maneira geral, a amostra pesquisada

possui habilidades intelectuais preservadas, o que permite inferir que a situação de vulnerabilidade social e de constante exposição ao risco não comprometeu, até o momento, o desenvolvimento intelectual dos participantes.

O desempenho dos participantes nas provas da BPR-5 mostrou que o raciocínio mais desenvolvido entre os que responderam à forma A de aplicação foi o raciocínio mecânico (percentil médio=43), seguido pelo numérico (percentil médio=39). O raciocínio que indicou pior desempenho nesse grupo foi o espacial (percentil médio=32). Esses dados revelam que essa parte da amostra apresenta bons conhecimentos práticos de mecânica e física e que são capazes de transpor os conhecimentos anteriormente adquiridos em experiências cotidianas independentemente da escolarização formal. Além disso, possuem bom raciocínio induutivo e dedutivo, uma vez que os valores de percentil entre 25 a 73 representam classificação média no teste. Esses dados parecem corroborar os achados empíricos que ressaltam que as oportunidades e as possibilidades de desenvolvimento fornecidas pela rua e por situações de risco aprimoraram habilidades como o uso de operações matemáticas diante da necessidade de lidar com dinheiro (Hutz & Koller, 1997; Primi & Almeida, 2000a).

O grupo que respondeu à forma B de aplicação (percentil médio =40) demonstrou melhor desempenho em todas as provas de raciocínio se comparado com o grupo da forma A (percentil médio=30). Foi possível constatar que o raciocínio mais desenvolvido na forma A foi o numérico (percentil médio=46), enquanto o raciocínio menos desenvolvido foi o verbal (percentil médio = 34).

Não houve diferença entre os gêneros quanto ao desempenho na forma A da BPR-5. Contudo, em relação à forma de aplicação

B, os dados indicaram diferença significativa no desempenho de homens e mulheres para raciocínio mecânico, com os homens tendo um resultado melhor do que o das mulheres ($t(30) = 2,283$, $p = 0,030$).

Esses dados corroboram os obtidos por Colom, Quiroga e Juan-Espinosa (1999), que constataram pontuações maiores dos sujeitos do sexo masculino nos subtestes de raciocínio verbal, habilidade numérica, raciocínio abstrato, relações espaciais e raciocínio mecânico, sendo que esse último tipo de raciocínio indicou as maiores diferenças de gênero.

Os resultados evidenciaram, também, correlação positiva e moderada entre percepção de risco legal ético e percepção de risco de saúde ($r = 0,696$, $p < 0,01$), ou seja, quanto maior foi a percepção das consequências das ações que infringem regras, leis ou convenções morais, maior foi a percepção das consequências das ações que podem prejudicar o próprio bem-estar físico. Esse resultado pode ser explicado com base no fato de que tanto as regras e as normas que constituem o risco legal ético quanto as medidas e ações capazes de prejudicar a saúde de uma pessoa são regras claras e constantemente informadas para as pessoas, e são muitas vezes alardeadas em campanhas de prevenção de comportamentos de risco. Informação clara e constante pode melhorar a percepção de risco das pessoas.

De forma semelhante, os resultados revelam que, quanto maior a inteligência fluida (fator g) medida por meio de acertos no Raven, maior a percepção de riscos que envolvem questões de natureza legal e ética ($r = 0,298$, $p < 0,05$). Sendo assim, é possível inferir que, quanto maior a habilidade intelectual geral, mais se percebem riscos legais e éticos.

Também houve uma correlação positiva entre a percepção de risco legal ético e o raciocínio verbal ($r = 0,313$, $p < 0,05$) e entre

a percepção de risco à saúde e o raciocínio verbal ($r = 0,312$, $p < 0,05$), o que significa que, quanto maior foi o raciocínio verbal, ou seja, quanto mais eficientes foram as habilidades dos participantes que envolviam extensão e profundidade do vocabulário, capacidade de estabelecer relações abstratas entre conceitos verbais, desenvolvimento da linguagem, memória semântica, capacidade de associação verbal, compreensão verbal e experiências educacionais, maior também foi a percepção de risco à saúde e de risco legal ético.

Harty, Thorn, Kalmar, Newcorn e Halperin (2004) avaliaram o impacto do transtorno de conduta na infância em adolescentes a partir da relação entre o QI dos jovens e o uso de drogas. Em seus resultados, os autores constataram que escores altos de QI verbal estavam associados a aumento no uso de drogas em adolescentes que apresentaram transtorno de conduta na infância. Nossos dados não corroboram essa pesquisa, pelo contrário, indicam que QI verbal mais alto melhora a percepção de risco legal-ético.

O raciocínio verbal nesta amostra tem sido desenvolvido por meio de práticas e de incentivos do potencial comunicativo dos agentes jovens que, além de estarem expostos a um ambiente de grande estimulação verbal em função do trabalho e das campanhas voltadas para a comunidade local, como prioriza o projeto, devem apresentar suas ideias verbalmente nas reuniões de grupo do projeto.

Verificou-se ainda que, em indivíduos com menor escolaridade (participantes que responderam à forma A da BPR-5), quanto maior foi a percepção de risco legal-ético, maior também foi a percepção de risco à saúde ($r = 0,803$, $p < 0,05$) e de risco social ($r = 0,548$, $p < 0,05$), ou seja, quanto mais se percebe risco em ações que desafiam regras e leis, mais também se percebe risco

em ações que podem prejudicar a saúde e os relacionamentos interpessoais.

O mesmo ocorreu em participantes com maior escolaridade (participantes que responderam à forma B da BPR-5), contudo, a correlação com o risco social desapareceu. Parece que os obstáculos sociais percebidos quando se está em séries do ensino fundamental desaparecem mais tarde. É importante lembrar, entretanto, que a idade dos participantes da forma B girou na faixa etária entre os 15 e os 17 anos e, portanto, quem respondeu à forma A do teste foram alunos repetentes. É possível que a heterogeneidade das relações sociais desses repetentes (neste caso, por relacionarem-se com pares mais jovens) bem como as consequências sociais advindas da repetência possam, de alguma forma, ter favorecido a percepção de risco social nessa parte da amostra, tanto quanto as outras formas de percepção de risco.

Com relação à intenção de se comportar arriscadamente, observou-se que o raciocínio mecânico (Forma B da BPR-5) apresentou correlação com a intenção de apresentar comportamento de risco legal ético ($r = 0,449$, $p < 0,01$) e com a intenção de apresentar comportamento de risco financeiro ($r = 0,386$, $p < 0,05$). É importante lembrar que os homens apresentaram os maiores escores nesse tipo de raciocínio, com média de acertos de 10,23 questões (DP = 5,26) em comparação com as mulheres, que apresentaram média de acertos 7,15 (DP = 3,54) para a prova de raciocínio mecânico.

Dessa forma, é possível que a correlação obtida, na verdade, mostre um fator *latente* que explique a correlação obtida, e esse fator latente pode ser o gênero (sexo masculino). De fato, a intenção de comportar-se de forma arriscada no âmbito legal-ético é mais comum em homens. Os dados desta pesquisa corroboram essa hipótese, uma vez

que os homens apresentaram escores médios superiores aos escores das mulheres no fator risco legal-ético, tanto na Escala de Percepção quanto na Escala de Intenção de Comportar-se Arriscadamente.

Além disso, os escores dos avaliados na escala de intenção de apresentar comportamento de risco financeiro demonstraram que os homens apresentaram escores médios superiores aos escores verificados em mulheres, o que significa que os homens reconhecem maior probabilidade de engajar-se em comportamentos que podem gerar prejuízos financeiros.

São muitos os estudos que indicam haver diferenças entre homens e mulheres diante de decisões frente ao risco. Alguns autores afirmam que as mulheres se engajam menos em comportamentos de risco (Boverie, Scheuffele, & Raymond, 1995; Eckel & Grossman, 2008; Spigner, Hawkins, & Lorens, 1993; Stallen & Tomas, 1988).

A análise dos resultados indicou ainda que houve diferença significativa quanto ao comportamento de risco social e as diferentes formas de aplicação da BPR-5 para essa amostra. A parte da amostra que respondeu à forma de aplicação B apresentou escores de comportamento de risco social maior que os demais comportamentos de risco. Provavelmente isso se deva ao fato de que o grupo que respondeu à forma A de aplicação já experimentou prejuízos sociais maiores que o grupo que respondeu à forma B, tais como situações de violência, problemas com a lei, abandono familiar ou preconceito, em função de terem vivido em abrigos ou por possuírem grande número de reprovações escolares, como foi informado pela equipe técnica responsável pelo projeto Agente Jovem. O fracasso escolar, por exemplo, caracterizado pelas repetências, pode ser compreendido como uma ruptura de normas sociais, o que acarretaria menor intenção de apresentar comportamento de risco social.

Considerações finais

Este estudo indicou algumas correlações entre as habilidades cognitivas (inteligência verbal e não verbal), a percepção de risco e a intenção de adolescentes de comportar-se arriscadamente em situação de vulnerabilidade social. Foi possível constatar algumas correlações entre formas de percepção de risco e entre percepção de risco e inteligência bem como a presença de correlações entre *tipos* de intenção em apresentar comportamentos arriscados e entre intenção de apresentar comportamento arriscado e inteligência. Esses dados corroboram, de certa forma, nossa hipótese inicial de que haja uma relação entre inteligência e percepção de risco.

Por outro lado, as correlações positivas entre a intenção de comportar-se arriscadamente e o raciocínio mecânico não significam que pessoas mais inteligentes sejam mais propensas a arriscar-se mais, nem em aspectos ligados à legalidade e à ética, nem financeiramente. É importante lembrar que esse tipo de raciocínio foi mais elevado em toda a amostra, e que essa elevação ocorreu em função do desempenho dos homens. Isso pode sugerir que os homens possuem maior tendência a apresentar intenção de arriscar-se financeiramente e de forma legal/ética.

Entre os diversos resultados apresentados e discutidos neste trabalho, merece destaque o fato de que quase todas as correlações estão ligadas ao domínio do risco legal/ético. Considerando mais uma vez que esse risco remete a ações e situações em que regras, leis ou convenções morais são rompidas e punições legais ou éticas são aplicadas a quem cometeu tais comportamentos, é possível inferir que as habilidades intelectuais superiores ajudam a perceber melhor os riscos dessa natureza, mas não garantem a evitação de comportamentos que gerem tais punições e sanções.

É possível que a própria condição em que vivem alguns adolescentes da amostra, por si só, caracterize uma ruptura dos direitos legais e morais básicos garantidos a todos os adolescentes. Situações permanentes de risco impõem-se muitas vezes a essas famílias, levando-as à ilegalidade, tais como a convivência com assaltantes, com pessoas ligadas ao tráfico de drogas, a gangues, com a violência, etc.

Em contrapartida, é também por meio do reconhecimento (percepção) dos riscos legais e éticos inerentes às inúmeras situações em que vivem que esses adolescentes poderão buscar sua inclusão social. Para tanto, o bom funcionamento das habilidades cognitivas e intelectuais pode auxiliar na compreensão das normas e das leis vigentes e de suas consequências, ajudando-os a evitar tais transgressões.

Muitos participantes (agentes jovens) desta pesquisa apresentaram habilidades cognitivas dentro da média populacional, ou seja, habilidades intelectuais alinhadas à sua idade e escolaridade. A boa habilidade intelectual pode representar um fator importante no favorecimento da compreensão dos riscos que ameaçam a integridade do adolescente, como situações que envolvem a lei, a moral, a saúde, a segurança, a situação financeira e os relacionamentos interpessoais.

Todavia, não se pode ignorar o fato de que outras variáveis interferiram no processo de tomada de decisão sobre o risco, tais como as emoções, a disponibilidade de reforçadores imediatos ou o distanciamento temporal da punição, por exemplo. Sendo assim, são necessários estudos futuros que investiguem outros processos cognitivos (papel da atenção, da tomada de decisão) ou de variáveis comportamentais (disponibilidade do reforço, operações estabelecedoras, etc.)

que possam ajudar a melhor compreender a questão do risco em crianças e adolescentes e a protegê-los.

Por outro lado, não há como estudar ou trabalhar com risco fora da realidade relacional dos indivíduos pesquisados e, nesse sentido, uma das contribuições possíveis deste trabalho diz respeito ao projeto *Agente Jovem* aqui descrito. Esta pesquisa mensurou e revelou a eficácia da prevenção visando à percepção de riscos nessa amostra. Pelo menos do ponto de vista da percepção de risco, o projeto cumpriu seu objetivo.

Por fim, é importante ressaltar a importância de estudos que envolvam projetos sociais que tenham cunho preventivo e que visem adolescentes em risco. Contudo, esses estudos são insuficientes e incipientes diante da necessidade e da relevância social que pesquisas nessa área podem representar. Novas contribuições podem ser determinantes para a construção de uma sociedade mais justa, humana e segura.

Janaina Aparecida Paulino

Mestrado em Psicologia Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais – MG – Brasil.

Renata Ferrarez Fernandes Lopes

Doutora em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo, São Paulo - SP – Brasil.
E-mail: rfernandeslopes@fapsi.ufu.br

Endereço para envio de correspondência:

Rua Pedro Jose Samora, 732 Bairro Santa Mônica, Uberlândia, Minas Gerais – MG - Brasil CEP 38408-224.
E-mail: janainapaulino@yahoo.com.br

Recebido 2/8/2009, Aprovado 27/4/2010.

Referências

- Adams, J. (1995). *Risk*. London: UCL Press.
- Albertani, H. M. B., Scivioletto, S., & Zemel, M. L. (2006). Trabalhando com fatores de risco e proteção. In M. F. O. Sudbrack (Ed.), *Curso de prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas*. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília.
- Auerbach, R., Abela, J., & Ringo, H. M. (2007). Responding to symptoms of depression and anxiety: Emotion regulation, neuroticism and engagement in risky behaviors. *Behaviour Research and Therapy*, 45, 2182-2191.
- Aun, J. (2005). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Bardone, A. (1996). Adult mental health and social outcomes of adolescent girls with depression and conduct disorder. *Development and Psychopathology*, 8, 811-829.
- Batty, D., Shipley, L. H., Mortensen Boyle, S. H., Barefoot, J., Gronbaek, M. C., Gale, R. et al. (2008). QI in late adolescence/early adulthood, risk factors in middle age and later all-cause mortality in men: The Vietnam experience Study. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 62(6), 522 - 531.
- Boverie, P. E., Scheuffele, D. J., & Raymond, E. L. (1995). Multimethodological approach to examining risk-taking. *Current Psychology*, 13, 289-302.
- Brasil. (2001a). *Brasil em família*. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social.
- Brasil. (2001b). *Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Guia de gestores*. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social.
- Brasil. (n.d.). *Normas de implantação de CRAS*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Recuperado em 09 de junho de 2009, de <http://www.mds.gov.br/servicos/fale-conosco/cras-2013-implantacao>

- Chauvin, B., Hermand, D., & Mullet, E. (2007). Risk perception and personality facets. *Risk Analysis*, 27, 171-185.
- Colom, R., Quiroga, M. A., & Juan-Espinosa, M. (1999). Are cognitive sex differences disappearing? Evidence from Spanish populations. *Personality and Individual Differences*, 27, 1189-1195.
- Cooper, M. L., Agocha, V. B., & Sheldon, M. S. (2000). A motivational perspective on risky behaviors: The role of personality and affect regulatory processes. *Journal of Personality*, 68, 1059-1088.
- Deary J., & Batty, G. D. (2006). Commentary: Pre-morbid IQ and later health – the rapidly evolving field of cognitive epidemiology. *International Journal of Epidemiology*, 35, 670-672.
- Eckel, C., & Grossman, P. (2008). Men, women and risk aversion: Experimental evidence. *The handbook of experimental economics results* (pp. 1061-1073). Amsterdam: Elsevier Science.
- Feijó, R. B., & Oliveira, E. A. (2001). Comportamento de risco na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 77(Supl. 2), 125 - 134.
- Flores-Mendoza, C. E. (2006). O estudo das diferenças individuais no Brasil. In C. Flores-Mendoza, R. Colom, A. André-Pueyo, R. J. Haier & S. A. Petrill, *Introdução à psicologia das diferenças individuais* (pp. 37-56). Porto Alegre: Artmed.
- Harty, S. C., Thorn, N. K., Kalmar, J. H., Newcorn, J. H., & Halperin, J. M. (2004). The effect of childhood conduct disorder and cognitive functioning on adolescent substance use. *CNS Spectrums*, 9, 661-666.
- Hart, C. L., Taylor, M. D., Davey-Smith, G., Whalley, L. J., Starr, J. M., Hole D. J., et al. (2003). Childhood IQ, social class, deprivation, and their relationships with mortality and morbidity risk in later life: Prospective observational study linking the Scottish mental survey 1932 and the midspan studies. *Psychosomatic Medicine*, 65, 877-883.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Hirschi, T., & Hindelang, M. (1977). Intelligence and delinquency: A revisionist review. *American Sociological Review*, 42, 571-587.
- Hogan, T. P. (2006). *Introdução à prática de testes psicológicos* (L. A. Pontes, trad.). Rio de Janeiro: LTC.
- Hutz, C., & Koller, S. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 2, 175-197.
- Kalina, E. (1999). *Drogadição hoje: indivíduo, família e sociedade*. Porto Alegre: Artmed.
- Lima, M. L. (1995). Viver com o risco: abordagens da psicologia social ambiental. *Inforgeo*, 39-54.
- Lopes, R. F., Lopes, E. J., Barbosa-Tinoco, G., & Mundim-Masini, A. (em preparação). Escala de Percepção e Comportamento de Risco.
- Lubinski, D. (2004). Introduction to the special section on cognitive abilities: 100 years after Spearman's – 1904. General intelligence, objectively determined and measured. *Journal of Personality and Social Psychology*, 86, 96-111.
- Mundim-Masini, A. A. (2009). *Fatores de personalidade e percepção de risco podem predizer comportamento de risco? Um estudo com universitários*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- Primi, R., & Almeida, L. S. (2000a). *BPR-5: bateria de provas de raciocínio: manual técnico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Primi, R., & Almeida, L. S. (2000b). Estudo de validação da bateria de provas de raciocínio (BPR-5). *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 165-173.
- Raven, J. C. (2002). *Matrizes progressivas: Escala Avançada, Manual Técnico* (F. Campos, trad.). Rio de Janeiro: CEPA.
- Reiss, A. J., & Rhodes, A. L. (1961). The distribution of juvenile delinquency in the social class structure. *American Sociological Review*, 26, 720-732.
- Roazzi, A., & Souza, B. C. (2002). Repensando a inteligência. *Paidéia*, 12, 31-55.
- Santos, J. B. (2006). *Redes sociais e fatores de risco e de proteção para o envolvimento com drogas na adolescência: avaliação e abordagem no contexto da escola*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Slovic, P. (1999). Trust, emotion, sex, politics, and science: Surveying the risk-assessment battlefield. *Risk Analysis*, 19, 689-701.
- Spigner, C., Hawkins, W., & Lorens, W. (1993). Gender differences in perception of risk associated with alcohol and drugs use among college students. *Women and Health*, 20, 87-97.
- Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 16-39. Recuperado em 09 de maio de 2009, de <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2354>
- Sposito, M. P., Silva, H. H. de C., & Souza, N. S. (2006). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, 11, 238-257. Recuperado em 09 de maio de 2009, de <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2353>
- Stallen, P. J. M., & Tomas, A. (1988). Public concern about industrial hazards. *Risk Analysis*, 8, 237-245.
- Sudbrack, M. F. O. (2004). Redes sociais e adolescentes. In M. Sudbrack, M. Conceição & L. Costa (Eds.), *Curso de prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas*. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília.
- Thielen, I. P., Hartmann, R. C., & Soares, D. P. (2008). Percepção de risco e excesso de velocidade. *Caderno Saúde Pública*, 24, 131-139.
- Weber, E. U., Blais, A. R., & Betz, N. E. (2002). A domain-specific risk-attitude scale: Measuring risk perceptions and risk behaviors. *Journal of Behavioral Decision Making*, 15, 263-290.
- Wolfgang, M., Figlio, R. M., & Thorsten, S. (1972). *Delinquency as birth cohort*. Chicago: University of Chicago Press.
- Wynne, B. (1992). Risk and social learning: Reification to engagement. In S. Krinsky & D. Golding (Eds.), *Social theories of risk* (pp. 275-300). London: Praeger.